



Senado Federal votou e aprovou ontem, em sessão secreta, o nome do novo Governador do Distrito Federal

Senado disse sim

Com 34 votos a favor, 8 contra e 1 abstenção, José Ornellas foi aprovado

Com 34 votos a favor, oito contra e uma abstenção, o Senado Federal aprovou ontem, pela manhã, em sessão secreta extraordinária, o nome do coronel José Ornellas de Souza Filho para substituir o coronel Aimé Lamaison como governador do Distrito Federal. A votação foi tranquila, não se registrando maiores resistências por parte da oposição, como aconteceu na Comissão do DF, a não ser o tradicional protesto contra a falta de representação política da Capital da República.

A posse do novo governador do Distrito Federal está marcada para a próxima sexta-feira, dia 2 de julho, às 10 horas, no gabinete do Ministro da Justiça. Às 11 horas, no Buriti, será a transmissão do cargo.

parte da oposição, como aconteceu na Comissão do DF, a não ser o tradicional protesto contra a falta de representação política Capital da República. Falando em nome da liderança do PMDB no Senado, o mineiro Itamar Franco, que sempre reclama da tribuna pelas coisas de Brasília, quis saber quais as razões que levaram o presidente João Figueiredo a exonerar o coronel Lamaison, já que possivelmente essas razões não são graves, uma vez que a imprensa anuncia que o ex-governador deverá ocupar um cargo no BNDES.

Por outro lado, lembrou Itamar Franco que na noite anterior o Congresso Nacional, embora não aprovasse uma representação política para Brasília, modificou o dispositivo da Constituição permitindo que os deputados e senadores possam

ser nomeados governador do DF sem perder o mandato parlamentar, e que seria a hora de indicar alguém do Congresso para o cargo.

CARGO DE CONFIANÇA

O partido do governo ocupou apenas uma vez a palavra para falar do novo governador, mesmo assim em aparte, no qual o vice-líder José Lins disse que as razões da exoneração do coronel Lamaison são públicas, pois foram divulgadas através de duas cartas. Elas são, segundo sustentou, de "foro íntimo". Além do mais, argumentou José Lins que o cargo é de confiança e da competência exclusiva do Presidente da República.

— "Acho que nós não devemos deixar de fazer uma observação sobre o trabalho realizado pelo governador Lamaison. Toda Brasília, hoje, reconhece que a obra do governador Lamaison foi de extraordinária importância para a cidade. Eu queria também consignar o nosso desejo de que o novo governador tenha também muito sucesso na sua administração. Era só isto" — disse José Lins, expressando o sentimento da bancada do PDS.

VELHOS TEMPOS

Em homenagem aos velhos tempos, quando a Capital da República era no Rio de Janeiro, o carioca Hugo Ramos, líder do PTB, anunciou que votaria contra o coronel Ornellas, não pelas qualidades que ornaram sua personalidade, mas por uma con-

dição política, doutrinária, e "pelo meu passado em benefício ao antigo Estado da Guanabara". Acredita Hugo Ramos que o Distrito Federal de hoje está em condições de eleger o seu governador e também os seus representantes no Congresso Nacional.

O antigo Distrito Federal, segundo recordou, possuía representação no Congresso Nacional. "Lembro, inclusive, o artigo 3º, parágrafo 1º da Constituição de 1891, que declarava que quando se mudasse para o Planalto, a Capital Federal, o antigo Distrito Federal passaria a ser um Estado. Essa luta levou mais de 50 anos, para que nós alcançássemos a plena autonomia do antigo Distrito Federal, que se tornou o Estado da Guanabara, o segundo Estado da União. Mas levamos da noite para o dia uma facada nas costas e o nosso Estado acabou de repente para se incorporar ao Estado do Rio de Janeiro", salientou.

FALTA ESTRUTURA

Retomando a palavra, Itamar Franco insistiu na tese já sustentada da tribuna do Senado em várias ocasiões: "Nós, do Senado Federal, não temos condições de continuar a gerir as coisas do Distrito Federal. O Senado Federal não tem estrutura adequada sequer para acompanhar o orçamento do Distrito Federal. Quem é que poderia dizer se o coronel Aimé Lamaison fez ou não uma boa administração, senão através dos jornais? Porque nem constitucionalmente nem

regimentalmente nós podemos convidar um simples secretário do governador para ser ouvido perante o plenário ou a Comissão do DF. Ele pode apenas ser convidado e ninguém sabe, a não ser pelos jornais, o que se passa em relação à administração do Distrito Federal", declarou o senador mineiro.

E acrescentou: "Qual dos Srs. senadores, e eu me incluo entre eles, poderia, neste instante, dizer, em relação às cidades-satélites se eles são ou não atendidos nos seus mínimos reclamos quanto a calçamento, aos serviços de água, de esgoto, de iluminação?". Nenhum senador respondeu a indagação de Itamar Franco.

Ao finalizar, o representante da liderança do PMDB voltou a lamentar que o Congresso Nacional tenha aprovado uma Emenda Constitucional e, mais uma vez, "nessa Emenda se tenha esquecido o povo brasileiro, que vai continuar tendo sua cidade administrada, sem que o Senado possa manifestar-se por lhes faltarem os meios adequados. Imagine se o Presidente da República vier a exonerar agora em julho, o governador do Distrito Federal, ou digamos que ele até venha a exonerar o atual governador indicado. Quem é que vai gerir os destinos do Distrito Federal? Seria o Senado convocado extraordinariamente, apenas o Senado, para aprovar o nome do governador? Iria o Senhor Presidente da República assumir o comando da administração do Distrito Federal?", argumentou o senador Itamar Franco.